

As
TRISTES
RAINHAS

ANA MARIA S. A. RODRIGUES

AS
TRISTES
RAINHAS

LEONOR DE ARAGÃO

•

ISABEL DE COIMBRA

Prólogo

Tratar em conjunto Leonor de Aragão e Isabel de Coimbra pareceu-me uma evidência desde que comecei a refletir com a Manuela Santos Silva e a Isabel dos Guimarães Sá sobre a organização desta coleção de biografias das rainhas de Portugal. Tudo parecia uni-las: Leonor e a mãe de Isabel tinham um passado em comum, ainda que não muito feliz, em Aragão e Castela. Casaram com dois irmãos que se estimavam muito. Durante anos, conviveram em aparente harmonia. Depois, surgiu o drama: o rei D. Duarte morreu, deixando o governo do reino a Leonor mas o cunhado Pedro cobiçou-lhe o lugar e tantas lhe fez que a obrigou a partir, abandonando para sempre o filho Afonso. Pedro casou Afonso com sua filha Isabel e Leonor acabou por morrer no exílio. Quando Afonso chegou à maioridade, começou a afastar-se de Pedro e a aproximar-se dos antigos amigos da mãe, que queriam vingança. Novo drama: Pedro morre em combate contra Afonso, apesar dos esforços da filha daquele para os reconciliar. Isabel acaba por falecer aos 22 anos, depois de ter dado um filho varão ao marido e conseguido sepultar o pai no panteão dinástico da Batalha. Afonso leva-a para a Batalha e manda vir de Castela os restos mortais da mãe, sepultando-os ao lado dos do pai no mesmo espaço sagrado. Fim do drama... ou quase!

A par desta trama principal corriam outras tramas que para nós, portugueses, são secundárias, mas se situavam bem no âmago da existência dos restantes povos ibéricos. Eram irmãos de Leonor quem reinava em Aragão e Navarra, embora passassem boa parte do seu tempo a intervir em Castela. Nesta, reinava um primo coirmão de Leonor, casado com uma irmã sua; quando ela morreu, ele uniu-se em segundas núpcias a uma sobrinha de Duarte e Pedro. Seu filho primogénito casará com uma filha do soberano de Navarra, que repudiará para se consorciar com uma filha de Duarte e Leonor. Mais dramas em perspectiva... Na verdade, não eram só as vidas de Leonor

e Isabel que estavam imbricadas; estavam-no também as dos respetivos parentes, tal como a história dos diferentes reinos peninsulares que estes governavam como se de um negócio de família se tratasse. Foram estas vidas e esta história que me esforcei por reconstituir e narrar, para tentar compreender e explicar melhor os silêncios, as palavras, as hesitações, ações e omissões das minhas duas rainhas.

Optei, em contrapartida, por não biografar Juana de Castela, a segunda esposa não reconhecida por D. Afonso V, embora lhe dedique alguns parágrafos no final deste volume. Em duas obras recentes, a Excelente Senhora foi incluída entre as rainhas de Portugal¹. Contudo, durante os cinquenta anos que passou no nosso país, nunca reivindicou tal título nem tão-pouco foi assim intitulada por outrem. Foi tratada por sucessivos monarcas portugueses, isso sim, como uma infanta, tal como D. Afonso V tinha pedido: recebeu copiosas rendas da Coroa e com elas manteve uma casa própria. Mas até ao fim assumiu-se e assinou como rainha de Leão e Castela, e é como tal que eu a encaro também.

Já quanto ao título que escolhi para o volume, reconheço que, por não ser de uma clareza cristalina, exige uma explicação. Quando comecei a fazer a pesquisa sobre Leonor de Aragão, num dos primeiros documentos por ela emitidos após a morte de D. Duarte vi que assinava «a triste Reynha» (veja-se a Imagem 1). Fiquei entusiasmada, pois é raro encontrar manifestações dos sentimentos de personagens do século xv fora das obras literárias. Estava perante uma mulher, pensei eu, que, embora desempenhasse as mais altas funções no reino, não hesitava em exprimir, nas cartas oficiais que expedia, o seu desconsolo pela perda de um marido muito querido. Decidi logo utilizar essa expressão como título da sua biografia.

Algum tempo depois, dei-me conta de que sua mãe, Leonor de Albuquerque, também se tinha transformado em «la triste Reyna» depois do falecimento do esposo, Ferran I de Aragão (veja-se a Imagem 2). O meu entusiasmo esfriou um pouco, pois afinal a «minha» Leonor tinha-se limitado a copiar a progenitora ao ver-se na mesma situação de perda e desgosto. Não se tratava, como eu pensara de início, de um gesto sentido de afeto mas, possivelmente, de uma tradição familiar. Mais tarde ainda, em conversa com a biógrafa de Catalina de Lancaster, cunhada de Leonor de Albuquerque, descobri que esta rainha tinha passado igualmente a ser «triste» após a morte

¹ SERRANO, 2009, pp. 159-174; OLIVEIRA, 2010, pp. 501-520.

de Enrique II. Afinal, estava perante um costume da Casa Real castelhana: era considerado apropriado a uma rainha viúva afirmar-se triste e desventurada, mesmo quando não podia retirar-se do mundo e passar o resto da vida num convento, como se esperava dela, porque tinha de desempenhar funções de regente até seu filho menor chegar à idade de poder reinar sozinho¹.

Porque me tinha deixado enganar? Ao verificar, por exemplo, que D. Duarte, numa carta de doação, se referia à esposa como «Dona lionor mjnha molher que sobre todas amo e preço»² ou D. Afonso V recordava, numa carta de confirmação, a «mui alta e mui excelente Princesa Raynha D. Izabel, que foi minha sobre todas prezada, e amada mulher»³, nunca me ocorreu pensar que o amor por eles declarado era verdadeiramente sentido. Podia ser ou não. Terminada a minha pesquisa, até estou convencida que era, mas trata-se de uma impressão subjetiva de que não ousarei tentar convencer ninguém. O que tais frases são, sem margem para dúvidas, é fórmulas de chancelaria: num reino cristão do século xv, dois seres unidos pelos laços sagrados do matrimónio deviam amar-se, e o rei e a rainha tinham a obrigação de ser disso exemplo para todos os súbditos.

Ora, sabendo tudo isto, se cheguei a admitir a ideia de Leonor ter ficado efetivamente triste com a morte de D. Duarte foi, por um lado, porque não conhecia os modelos e tradições seguidos nas chancelarias das rainhas consortes medievais. Estas chancelarias têm sido pouco estudadas, em Portugal como no estrangeiro, devido ao facto de os documentos por elas emitidos e os respetivos livros de registos terem desaparecido quase totalmente. Para Leonor, encontrei um único «Liuro do Registo das eranças e padroados que ha Rainha dona lianor [...] teue nestes Reinos he depois tiueram as outras Rainhas com alguns foraes de suas villas»⁴; para Isabel, nenhum. Documentos originais, juntei pouco mais de uma dezena para ambas. O que consegui reunir em grande número foi simples confirmações, pelos dois monarcas, dos diplomas de suas esposas, muitas vezes sem sequer os reproduzirem na íntegra, antes retomando apenas os seus passos mais importantes, a data, eventualmente o nome de quem os escreveu. Ou então, cartas em resposta a outras enviadas por elas a parentes e amigos, nas quais entrevi, por vezes, o que haviam escrito inicialmente. Foi demasiado pouco para poder reconsti-

¹ «Yo la sin ventura, reyna de Castiella» é o título, retirado de um documento da época, do capítulo dedicado à regência de Catalina de Lancaster na obra de ECHEVARRÍA, 2002, pp. 93-117.

² CPDD, I-1, n.º 574, p. 333.

³ Provas, T. II, Parte I, L.º IV, p. 61.

⁴ TT, NA, n.º 315.

tuir formulários e procedimentos, mas ao menos fiquei ao corrente de algumas das suas ações «públicas», administrativas e diplomáticas.

Outras atividades e ações «públicas» das minhas biografadas foram-me reveladas por narrativas de cronistas, embaixadores e viajantes: participação em cerimónias religiosas ou profanas e festejos de toda a ordem; atos de intercessão por parentes, amigos e dependentes; ocorrência de doenças e gravidezes bem ou malsucedidas e até tratamentos supostamente sigilosos que se tornaram armas de arremesso políticas. Tive, portanto, de manusear tais relatos com imensas cautelas. As crónicas, régias ou senhoriais, são sempre feitas de encomenda ou destinadas a ser oferecidas a alguém, tendo por isso de demonstrar a verdade que convém ao seu patrocinador efetivo ou eventual. Numa época de conflitos tão violentos como aquela de que tratei, não é de admirar que todas fossem intensamente parciais. Mas, por isso mesmo, interpelavam-se e completavam-se umas às outras, revelando-me diferentes visões do mesmo problema. Os relatórios de embaixadores eram também enviesados no sentido desejado pelos seus monarcas e estavam, por vezes, imbuídos de um sentimento de superioridade face aos povos visitados que encontrei, também, nos relatos de alguns viajantes. Neles descobri, porém, intenções dissimuladas e segredos de alcova que as fontes oficiais sempre haviam calado, quando não negado.

Quanto às ações ditas «privadas» das minhas biografadas — se é que tem algum sentido fazer tal distinção numa época em que reis e rainhas estavam sob permanente escrutínio dos cortesãos e só se apartavam para fazer as suas necessidades fisiológicas, o que fica patente no termo «privadas» dado a esses espaços reservados —, os seus pensamentos, anseios, afetos, escaparam-me quase em absoluto. Se quis ver em «a triste Reynha» a expressão de um sentimento, foi também porque desejei muito alcançar a pessoa por detrás da figura régia, o ser humano para lá da personagem. Queria saber o que experienciara, o que sentira, de preferência escrito pela sua própria mão. O documento atrás referido não mo indicou, porque embora tivesse sido Leonor a traçar as palavras, estas não eram uma emanação da sua individualidade mas um património comum às mulheres da realeza castelhana. Outros houve, porém, raros e preciosos, escritos por sua mão ou por ela ditados, que me aproximaram mais da realidade dessa mulher que receava a morte do marido e dos filhos, acreditava profundamente na solidariedade familiar e era capaz de lutar com todas as armas que tinha por aquilo que considerava ser-lhe devido a ela e aos seus.

Embora consciente de que a razão que me havia feito escolher o título da biografia de Leonor caíra por terra, acabei por guardá-lo e até estendê-lo

a todo o volume pois pareceu-me adequar-se à existência de ambas as consortes. Talvez a morte de Duarte tenha, efetivamente, entristecido Leonor; mas tal tristeza agravou-se, decerto, com a oposição cada vez maior do povo de Lisboa ao seu governo, a hostilidade aberta dos cunhados Pedro e João, a perda da tutela dos filhos varões, o abandono a que a votaram os seus partidários portugueses, o apoio limitado dado pelos irmãos... Da mesma forma, o conflito entre o marido e o pai, culminando na morte deste, perturbou profundamente Isabel e lançou-a numa enorme tristeza, reforçada pela dispersão dos irmãos por Castela e Borgonha, o empobrecimento da mãe e das irmãs mais novas, a prisão e expropriação dos partidários do pai... Tanto uma como outra tiveram períodos felizes nas suas vidas, mas atravessaram momentos dramáticos e de grande infelicidade. Leonor nunca chegou a recuperar plenamente deles. Isabel, quando tudo parecia estar a recompor-se, faleceu de súbito. Tristes rainhas!

Uma pequena nota sobre a onomástica medieval e o uso que dela fiz nesta obra. Muitos dos homens e mulheres de que vou falar ostentavam os mesmos nomes de batismo: os infantes de Aragão eram Afonso, João, Henrique, Sancho, Pedro; as infantas, Maria e Leonor; os príncipes de Avis, Duarte, Pedro, Henrique, Isabel, João, Fernando; os infantes de Castela, João, Maria e Catarina. Alfons V de Aragão e Afonso V de Portugal, tio e sobrinho, reinaram por alguns anos em simultâneo. Para reduzir ao mínimo as possibilidades de confusão, optei por usar as formas empregues na língua do reino em que cada um nasceu ou reinou: o infante castelhano Fernando, *el de Antequera*, transformou-se em Ferran I ao subir ao trono de Aragão e seu filho Alfonso em Alfons V ao suceder-lhe; Juan de Aragão passou a Juan de Navarra quando casou com a herdeira deste reino e a Joan II quando sucedeu ao irmão em Aragão; Enrique de Aragão chamou-se sempre assim, sem engano possível com o infante D. Henrique, *o Navegador*, ou com Enrique IV de Castela, acontecendo o mesmo com Joana de Portugal, Juana de Castela e Giovanna de Nápoles.

Em contrapartida, fui obrigada a designar Maria de Aragão por rainha de Castela sempre que a referi a par da sua contemporânea e prima coirmã Maria de Castela, rainha de Aragão. Para distinguir a mãe da filha de mesmo nome, chamei a uma Isabel de Urgell e a outra, Isabel de Coimbra e para destringer o filho do pai, chamei ao primeiro condestável D. Pedro e ao segundo, infante D. Pedro; um terceiro homónimo foi ainda designado por Pedro de Aragão. Finalmente, para manter a uniformidade de critérios, cha-

mei Philippe ao duque de Borgonha, Sibylla à rainha de Aragão, Ferrante ao rei de Nápoles, Philippa à rainha inglesa de Portugal e Friedrich ao imperador alemão, entre outros.

Ao longo deste trabalho, fiquei devedora a inúmeras pessoas a quem quero expressar publicamente a minha gratidão: em primeiro lugar, à Manuela e à Isabel; foi uma experiência extremamente enriquecedora ter entrado nesta aventura intelectual convosco. Em seguida, pelas conversas, sugestões e trocas de ideias, de documentos, de bibliografia, o meu muito-obrigado a Ana Echevarría, Blanca Gari e toda a equipa dos projetos TEF e Clastra da Universidade de Barcelona, Claire Ponsich, Covadonga Valdaliso, David Nogales, Diana Pelaz, Flocel Sabaté e toda a equipa do projeto Identidad, Memoria y Ideología da Universidade de Lleida, Jean-Pierre Jardin, João Dionísio, Marisa Costa, Miriam Shadis, Nuno Simões Rodrigues, Nuria Silleras, Pedro Pinto, Saul António Gomes, Theresa Earenfight, Therese Martin, Víctor Muñoz Gómez. *Last but not least*, ao Paulo, companheiro de sempre, capaz de assumir todas as tarefas para me proporcionar ausências de casa quando precisei de trabalhar em bibliotecas e arquivos estrangeiros ou de descansar porque já não aguentava mais... não te agradeço o amor, retribuo-o!

LEONOR DE ARAGÃO
(1405/1408-1445)

PARTE I
UMA INFANTA
ENTRE CASTELA,
ARAGÃO
E PORTUGAL

Capítulo 1

Os primeiros vinte anos, passados em Castela e Aragão

Se, como já dissemos, escasseiam os dados disponíveis para reconstituir a existência das mulheres medievais, então sobre os seus primeiros anos de vida eles são quase nulos. Tal não é difícil de entender, pois ainda nos dias de hoje, em certas culturas, o nascimento de uma menina não é celebrado com a mesma alegria e solenidade que o de um varão, enquanto noutras é mesmo considerado uma catástrofe para a família, que terá no futuro de sacrificar uma parte da sua fortuna para dotar a criaturinha, de forma a conseguir «instalá-la» na vida de modo conveniente. Daí que se oculte ou simplesmente se ignore tal acontecimento.

No seio das famílias reais ou da alta nobreza, na Idade Média, o nascimento de filhas não era visto de uma forma tão negativa, pois embora se tivesse também de dotá-las de forma adequada ao seu estado, reconhecia-se a sua utilidade no estabelecimento de alianças proveitosas para a dinastia ou linhagem. Ainda assim, a não ser que elas fossem as primeiras a ver a luz e, por isso, as presumíveis herdeiras até ao advento de um rapaz, era raro que alguém se preocupasse em registar a data e as circunstâncias em que tinham vindo ao mundo, ou os acontecimentos mais relevantes da sua meninice.

Como filha segundogénita de um infante castelhano que, por sua vez, também era um mero filho segundo, Leonor não teve o seu nascimento relatado por nenhum cronista nem registado para memória futura em pergaminho ou em pedra. Ignoramos, por conseguinte, o ano, o mês, o dia em que tal evento ocorreu. É possível, não obstante, aproximarmo-nos do momento da sua vinda ao mundo a partir de indicações indiretas, colhidas na história da sua família.